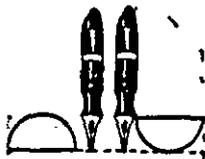


Quem pagará a conta do que a comissão vota?

— Estão aqui seus amigos, doutor Ulysses. Está aqui o PMDB histórico para lhe dizer que o documento entregue pelo presidente Sarney aos partidos é inaceitável, deve e tem que ser recusado —



começou o deputado Euclides Scalco, líder do PMDB na Constituinte, ouvido atentamente por mais dez parlamentares reunidos na noite de segunda-feira na residência oficial da presidência da Câmara Federal, no Lago Sul. Estavam todos alinhados com Scalco — os deputados Antônio Brito, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian e Nelson Jobim, além do senador Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

— É preciso que salvemos a Constituinte. Ela não pode se submeter aos interesses do presidente da República, nem de ninguém — interveio o deputado Egídio Ferreira Lima. Ulysses ouviu sem nada dizer. No último sábado, depois de saber, através do deputado Cid Carvalho (PMDB-NA), que a intenção do presidente Sarney era de se entender com o PMDB, não de confrontá-lo, Ulysses quebra seu silêncio de uma semana para dizer que a tendência do partido era apoiar o documento divulgado na quinta-feira. Nele, além de estabelecer um programa mínimo de governo, Sarney exigia cinco anos de mandato e a manutenção do presidencialismo até o fim de sua gestão.

— Os dois pontos são inegociáveis, doutor Ulysses — disse Scalco na reunião da segunda-feira à noite. Lembrou que a última convenção do PMDB decidira que mandato e sistema de governo são questões da competência exclusiva de cada Constituinte, que deverá votá-las de acordo com sua consciência. “O apoio da direção do partido ao que o presidente pede será agora absolutamente inócua”, garantiu Scalco. Aparteou-o o deputado Antônio Brito (RGS): “Não pregamos o confronto com o presidente como muitos da esquerda do partido desejam. Queremos negociar”.

Foi a essa altura da reunião que se introduziu a idéia da confecção de um documento do PMDB que abordasse os termos do documento de Sarney sem falar no mandato de cinco anos e na manutenção do presidencialismo. Depois de pedir tempo para refletir sobre a sugestão, Ulysses encomendou a Scalco o documento que pretende submeter hoje ao exame da Executiva do partido. Saiu de cena o documento de Sarney, que inicialmente deveria ser assinado

pelos parlamentares que se dispõem a apoiar solidamente o governo. Entrou em cena o documento do PMDB.

A crise política detonada pelo PFL com o anúncio do rompimento da Aliança Democrática não impediu que a Comissão de Sistematização continuasse a votar ontem o anteprojeto de Constituição, mas ocupou a atenção de algumas das principais estrelas da Constituinte. O deputado Ulysses Guimarães passou toda a tarde reunido com lideranças do seu partido e com os coordenadores das bancadas. O deputado Bernardo Cabral mal teve tempo para ficar sentado na mesa que dirigia os trabalhos da comissão. O senador Fernando Henrique Cardoso passou pela comissão e foi embora.

Procedeu da mesma forma o deputado Scalco. Foi uma tarde especialmente feliz para os suplentes da comissão — deputados que substituem os titulares e que são convocados para votar em sua ausência. O deputado João Herrmann Netto (PMDB-SP) até ganhou aplausos quando contabilizou o voto possibilitou a maioria para a aprovação da emenda que obriga o empregador a pagar em dobro o valor atual da hora extra. “Isso é uma loucura, querem botar fogo no país”, protestou o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) no ouvido do senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria. “Eu cheguei atrasado à sessão e nada pude fazer”, disse Albano.

Alertado por Gibson, Albano conversou com os líderes de plantão do PMDB e conseguiu barrar, depois, a proposta de pagamento em dobro do valor das férias — o que na prática instituiria o 14º salário. “A Constituição que está saindo da Comissão de Sistematização é mais avançada e progressista do que a Constituição proposta pelo Cabral”, diz o deputado Scalco. Tem razão. Em menos de uma semana de votação, a comissão produziu as seguintes decisões polêmicas:

a) equiparou, em termos de direito, o trabalhador rural ao trabalhador urbano. Com isso, o rural passa a ter direito a FGTS, salário família, participação nos lucros das empresas e aposentadoria por tempo de serviço (hoje ele se aposenta quando completa 65 anos de idade);

b) introduziu a estabilidade no emprego;

c) reduziu a atual jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais;

d) dobrou o valor da hora extra.

Essa última decisão, adotada ontem, resultará, se confirmada mais tarde no plenário da Constituinte, em uma ampliação do mercado de trabalho. “Sairá mais barato para o empresário contratar mais gente do que pagar hora extra”, calcula o deputado Gilson Machado (PFL-PE), ligado às usinas de açúcar do seu estado. Mas logo adverte: “Naturalmente, alguém pagará essa conta, e dificilmente será o empresário. O aumento de despesas acabará sendo repassado para o preço dos produtos”.

Ricardo Noblat